

CONFLITO DE COMPETÊNCIA Nº 152.740 - SP (2017/0137504-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
SUSCITANTE : **FIGUEIRA INDUSTRIA E COMERCIO S/A - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOEL LUIS THOMAZ BASTOS E OUTRO(S) - SP122443**
IVO WAISBERG - SP146176
BRUNO KURZWEIL DE OLIVEIRA - SP248704
SUSCITADO : **JUÍZO DE DIREITO DA 2A VARA CÍVEL DE ARAÇATUBA - SP**
SUSCITADO : **JUÍZO FEDERAL DA 2A VARA DE ARAÇATUBA - SJ/SP**
INTERES. : **FAZENDA NACIONAL**

EMENTA

CONFLITO DE COMPETÊNCIA. RECUPERAÇÃO JUDICIAL E EXECUÇÃO FISCAL. PENHORA NO ROSTO DOS AUTOS. AUSÊNCIA DE CONFLITO. EXECUÇÃO FISCAL SUSPensa EM RAZÃO DE AFETAÇÃO DE RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. CONFLITO NÃO CONHECIDO, TORNANDO SEM EFEITO A LIMINAR DEFERIDA.

DECISÃO

Ao examinar o pedido liminar formulado pela suscitante, fiz o seguinte apanhado do caso:

Figueira Indústria e Comércio S/A - Em Recuperação Judicial suscitou o presente conflito de competência apontando como suscitados o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível de Araçatuba/SP e o Juízo Federal da 2ª Vara de Araçatuba/SP.

Narra a suscitante que, "em 28/2/2014, [...] formulou pedido de recuperação judicial, o qual foi distribuído perante o d. Juízo suscitado da 2ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba/SP, que, verificando estarem presentes os pressupostos e condições estipuladas pela Lei 11.101/2005 deferiu seu processamento".

Sustenta que, "desde o deferimento do processamento da recuperação judicial [...], o MM. Juízo suscitado da 2ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba/SP é o único competente" para dirimir questões envolvendo o seu patrimônio.

Afirma que, paralelamente a isso, o Juízo da 2ª Vara Federal de Araçatuba/SP, "nos autos da execução fiscal nº 0002150-19.2015.4.03.6107, entendeu que a suscitante deveria proceder com o pagamento da dívida fiscal, sob pena de aplicação de multa e constrição imediata de bens".

Defende estar configurado o conflito positivo de competência "entre o MM. Juízo suscitado da 2ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba/SP, competente para tratar de questões que dizem respeito ao patrimônio da suscitante - empresa em recuperação judicial -, e o d. Juízo suscitado da 2ª Vara Federal de Araçatuba/SP, que também

se considerou competente para tratar de questões que dizem respeito ao patrimônio da suscitante, quando determinou a formalização de penhora no rosto dos autos da ação de recuperação judicial da suscitante".

Acrescenta que "a decisão proferida pelo juízo da execução fiscal mostra-se abusiva e ilegal na medida em que causa evidente prejuízo à suscitante, criando um precedente que pode colocar em xeque o desenvolvimento da recuperação judicial, em total afronta aos princípios erigidos pelo art. 47 da Lei 11.101/2005".

À vista disso, pleiteia a concessão de tutela de urgência "para imediata suspensão dos efeitos da decisão proferida pelo MM. Juízo da 2ª Vara Federal da Subseção de Araçatuba/SP, nos autos da execução fiscal nº 0002150-19.2015.4.03.6107, especialmente a suspensão do auto de penhora no rosto dos autos, cumprido através do mandado nº 0702.2017.00619", e, no mérito, que seja declarada "a competência do MM. Juízo da 2ª Vara Cível da Comarca de Araçatuba/SP para decidir sobre tais questões".

Às fls. 59-61 (e-STJ), deferi a liminar pleiteada, o que gerou o inconformismo da Fazenda Nacional, que contra ela interpôs o agravo interno de fls. 83-104 (e-STJ).

As informações foram prestadas às fls. 69-70 e 78-79 (e-STJ).

Instado a se manifestar, o Ministério Público Federal opinou pela competência do Juízo da Recuperação Judicial (e-STJ, fls. 72-75).

Brevemente relatado, decido.

Melhor analisando os autos, verifico que não há conflito de competência entre os Juízos suscitados.

Isso porque, conforme se verifica das informações prestadas pelo Juízo Federal à fl. 70 (e-STJ), S. Exa., por decisão de 2/6/2017, determinou o sobrestamento dos autos da execução fiscal em secretaria, e assim o fez em razão de o Tribunal Regional Federal da 3ª Região, ao qual subordinado, haver proferido decisão, nos autos do Agravo de Instrumento n. 0030009-95.2015.4.03.0000/SP, determinando "a suspensão do trâmite de todos os processos pendentes, individuais ou coletivos, em 1º ou 2º graus de jurisdição, nos quais se discute a possibilidade de suspensão da execução fiscal, bem como dos atos constritivos, em razão de a devedora encontrar-se em recuperação judicial".

Superior Tribunal de Justiça

Ademais, consta que, no bojo do Recurso Especial n. 1.694.261/SP, submetido ao rito dos recursos representativos da controvérsia, foi determinada a suspensão de todos os processos de execução fiscal em que discutida a possibilidade da prática de atos constritivos em face de empresas em recuperação judicial, medida essa que também alcança a Execução Fiscal nº 0002150-19.2015.4.03.6107.

Tal o quadro delineado, ao contrário do que argumenta a suscitante, não há que se falar em invasão da competência do Juízo da Recuperação Judicial pelo Juízo Federal, pois, ao menos por ora, não existe qualquer possibilidade de interferência no plano de recuperação judicial em razão de atos a serem promovidos no âmbito da referida execução fiscal.

Por essas razões, não conheço do conflito de competência, tornando sem efeito a liminar anteriormente deferida, com o que fica prejudicado o agravo interno de fls. 83-104 (e-STJ).

Dê-se ciência aos Juízos suscitados.

Publique-se.

Brasília, 1º de abril de 2020.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator